



## ATA N°4/2023

### ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OURÉM, EM SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA QUATRO DE JULHO, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.

----- Aos quatro dias do mês de julho, do ano de dois mil e vinte e três, pelas dezoito horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Ourém, em sessão extraordinária, no edifício da Assembleia Municipal, convocada nos termos da alínea b), do n.º 1, artigo 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a seguinte: -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

----- **01** – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA N° 03/2023 REFERENTE À SESSÃO ORDINÁRIA DE 2023.06.21 -----

----- **02** – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PISCINAS MUNICIPAIS DE OURÉM – ÉPOCA BALNEAR 2023 -----

----- **03** – PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE NO CONCELHO DE OURÉM – REALIDADE E FUTURO -----

----- **04** – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

----- Verificou-se a presença dos MEMBROS ELEITOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

----- João Manuel Moura Rodrigues – Presidente AMO -----

----- Paulo Alexandre Cancelinha de Sá -----

----- Nuno Miguel Gonçalves Baptista Pereira -----

----- Ana Margarida Henriques Neves Vieira – 1.ª Secretária AMO -----

----- Nuno Manuel Pinto Dias – 2.º Secretário AMO -----

----- Helena Santos Pereira -----

----- Carlos Alberto de Jesus Pereira Marques -----

----- Otilia Cristela Antunes Marto -----

----- João Carlos de Jesus Pereira -----

----- Filipe Remi Callebaut Mendes -----

----- Tiago Ferreira Simões Vieira -----



----- Joana Casimiro Rosado -----

----- Ângela Maria Gaspar da Silva Pereira Marques -----

----- Victor Oliveira Santos -----

----- João Filipe Campos Catarino -----

----- Jorge Pereira da Silva -----

----- Paula Cristina de Oliveira Martins -----

----- Cláudia Maria Pereira Campos -----

----- Não compareceram, tendo justificado a respetiva falta, os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

----- Valdemar Pinheiro de Oliveira -----

----- Francisco Emanuel Marques Lopes -----

----- Na impossibilidade de comparecer e conforme preceitua o artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro (versão atualizada), fez-se substituir o membro da Assembleia Municipal, senhora: -----

----- Mónica Filipa Gaspar Faria, eleito na lista PPD/PSD, foi substituída pelo senhor **Manuel Lourenço Dias** -----

----- Verificou-se a presença dos PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA: -----

----- Freguesia de Alburitel – Engrácia Maria Marques Carriço -----

----- Freguesia de Atouguia – Luís Manuel Gameiro Oliveira -----

----- Freguesia de Caxarias – Nelson Nuno Duarte Antunes -----

----- Freguesia de Espite – Dulce Raquel Lourenço Mateus -----

----- Freguesia de Fátima – Humberto António Figueira da Silva -----

----- Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias – Luís Pereira de Oliveira -----

----- Freguesia de Seiça – Ângela Vanessa Chaves Marques -----

----- Freguesia de Urqueira – Orlando Sérgio Palmeiro Calado Cavaco -----

----- Freguesia de Nossa Senhora da Piedade – Luís Alexandre Serras de Sousa -----

----- União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais – Paulo Luís Marques Nunes -----

----- União das Freguesias de Gondemaria e Olival – António Manuel Oliveira da Silva -----



----- União das Freguesias de Matas e Cercal – Virgílio Antunes Dias -----  
 ----- União das Freguesias Rio de Couros e Casal dos Bernardos – Jorge Manuel Dias  
 Lopes -----

----- Em cumprimento do n.º 1 e n.º 3 do artigo n.º 48º, da Lei n.º 169/99, de 18 de  
 setembro (versão atualizada) compareceu o executivo camarário, conforme se especifica:-----

----- Senhor Presidente da Câmara Municipal: -----

----- Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque -----

----- Senhores Vereadores em regime de permanência:-----

----- Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa -----

----- Rui Manuel Simões Vital -----

----- Micaela Abrantes dos Santos Durão -----

----- Humberto Luís Ferraz Antunes -----

----- Senhor Vereador em regime de não permanência: -----

----- Gonçalo Santos Pires Bento -----

----- Não compareceu o Senhor Vereador em regime de não permanência: -----

----- José Augusto Dias dos Reis -----

----- Por motivos de ordem profissional, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu  
 entrada na sala um pouco mais tarde, tendo a PRIMEIRA SECRETÁRIA DA MESA DA  
 ASSEMBLEIA MUNICIPAL presidido aos trabalhos na respetiva ausência. -----

----- Verificada a existência de quórum, a PRIMEIRA SECRETÁRIA DA AMO declarou  
 aberta a sessão, pelas dezoito horas e dez minutos e, após ter dado as boas vindas a todos os  
 presentes, referiu o seguinte: -----

“Cumprimento, desde já, os nossos convidados e agradeço muito a vossa presença. -----

A todos os presentes e aos que nos assistem através da comunicação social gostaria de  
 esclarecer que a Assembleia Municipal de Ourém deliberou a realização desta sessão  
 extraordinária. -----

A realização desta assembleia extraordinária sob a temática “*Prestação de cuidados de saúde  
 no concelho de Ourém – realidade e futuro*” deve-se à situação caótica que se passa no nosso  
 concelho, o que levou a que todos deliberássemos sobre esta sessão, sendo o que está ao



nosso alcance no momento e o que pudemos fazer: discutir e analisar as questões mais prementes desta questão. -----

Fizemos uma lista de convidados e agradeço aos presentes. -----

Infelizmente tivemos alguns convidados que nem resposta obtivemos e outros, apesar de serem estruturas, não têm quem os represente nesta sessão. É de lamentar. -----

Contudo, dado o assunto, a sua urgência e premência, mantivemos a reunião.” -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

**01 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 03/2023 REFERENTE À SESSÃO ORDINÁRIA DE 2023.06.21** -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL submeteu à apreciação do plenário a ata referida em epígrafe, cujo texto foi, previamente, distribuído a todos os membros constituintes do plenário. -----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA, na qualidade de representante grupo municipal MOVE, referiu o seguinte: “Gostaria de referir duas notas de duas situações que detetei na ata: -----

Primeira NOTA: tem a ver com o facto de, na minha intervenção inicial, ter saudado a União de Freguesias pela passagem do seu 28.º aniversário e não constar em ata, o que me levou para uma intervenção em 10.º lugar, quando, na verdade, falei em 5.º lugar. Gostaria que fosse aditado à ata essa minha nota para além do voto de reconhecimento, mas esse consta da ata. -

Segunda NOTA: no ponto 02.023, todos se recordarão certamente que o senhor Presidente da Assembleia Municipal, a propósito da discussão do regulamento para atribuição de incentivos à fixação de médicos de família, referiu que a vontade dele seria votar contra, mas que iria votar a favor por uma questão de necessidade, e que iria acrescentar uma declaração de voto. Lendo a ata não encontro a declaração de voto que o senhor Presidente anunciou. Gostaria de saber se ela existe e, se existe, se pode ser inserida em ata. -----

Muito obrigado” -----



----- Primeira NOTA: página 14 – passou a figurar o seguinte: -----

“= **JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal **MOVE**, ***felicitou a União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais pela passagem do 28.º aniversário, tendo, de imediato, apresentado o voto de reconhecimento que se passa a transcrever***” -----

----- Procedeu-se ainda à reorganização da ordem das intervenções registadas no ponto 01.03 da Ordem de Trabalhos. A intervenção do membro da Assembleia Municipal, **JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA**, passou a figurar em 4.º lugar, momento em que usou da palavra, neste ponto da ordem de trabalhos. -----

----- Segunda NOTA: página 107 – passou a figurar o seguinte: -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. –

----- **Com a seguinte declaração de voto do senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: “Por princípio de valores, por respeito e por necessidade que sei ser fundamental para a fixação de médicos, votei favoravelmente, mas, este tipo de adoções, revejo-me nas palavras que foram proferidas pelo senhor deputado Orlando Cavaco. ----- Parece-me que os municípios começam a concorrer entre si, tipo leilão, sem que, em termos de fundo, nada se faça para colmatar estas situações.”** -----

----- **Submetida a apreciação do plenário, foi a ata aprovada, por unanimidade, com o voto dos membros presentes na referida sessão** -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

## **02 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PISCINAS MUNICIPAIS DE OURÉM – ÉPOCA BALNEAR 2023** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 55252**, datado de **2023.06.21**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.06.19, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual, autorização para utilização gratuita das piscinas municipais, pelos jovens com idades entre os 07 e os 17 anos (e seus acompanhantes) e pelos idosos que beneficiem dos serviços das instituições particulares de solidariedade social do



nosso concelho (e seus acompanhantes), considerando a importância do programa de ocupação de tempos livres para jovens e seniores. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Relativamente ao assunto designado em epígrafe, foi apresentada a informação registada sob o n.º 45.211-A/2023, do **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude**, que a seguir se reproduz na íntegra: “Após a interrupção das piscinas municipais de Ourém por motivos de obras de melhoramento de eficiência energética, esta instalação pública aquática encontra-se em condições técnicas, para iniciar a sua época balnear 2023, a 01 de julho, com término a 15 de setembro. Face a esta disponibilidade, o município de Ourém já recebeu, um conjunto de pedidos oriundo de IPSS locais (do concelho), a solicitar a entrada gratuita de crianças/jovens e seus acompanhantes nas piscinas municipais que carece a melhor atenção possível dos serviços responsáveis e aprovação superior. Neste sentido, e dando seguimento ao movimento 9 do MGD n.º 37241/2023 (Sr. Presidente) serve o presente, para propor superiormente, a possibilidade de entrada gratuita a crianças entre os 7 -17 anos (uma vez que dos 0 – 6 já é gratuita) e seniores a partir dos 65 anos, integradas em entidades de cariz social, no período de época balnear 2023 (de 01 de julho a 15 de setembro). Cada criança ou jovem poderá beneficiar de 5 manhãs (10h00 – 14h00) neste período. -----

---- Assim: -----

- Propõem-se que se considere a possibilidade de entrada gratuita a crianças 7 -17 anos, (uma vez que dos 0 – 6 já é gratuita), integradas em entidades de cariz social, no período de época balnear. Cada criança ou jovem poderá beneficiar de 5 manhãs (das 10h00 às 14h00). Este critério pretende acautelar a prevenção solar e o período de menor conflitualidade com outros utilizadores;-----
- Os seniores que estejam a beneficiar de respostas sociais nas IPSS do nosso Concelho possam de igual forma, usufruir desta gratuitidade, no período de 5 manhãs;-----



- Os adultos acompanhantes de crianças, jovens e seniores que integram as IPSS com pedidos de manhas gratuitas, serão de igual forma isentas do pagamento do custo do bilhete (período de manhã);-----

---- À consideração superior,”. -----

---- O processo encontra-se ainda instruído com uma informação, datada de 13 do mês em curso, também do **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude**, a referir que a isenção implícita no atual processo, tem o valor estimado de 2.470,00€.-----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 31 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

----- Tomando a palavra, a 1.<sup>a</sup> SECRETÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, nos termos do n.º 3, do artigo 72.º do Regimento da AMO, questionou o plenário sobre a aprovação do texto da deliberação acima apresentada, em minuta, sendo a mesma assinada, após aprovação, pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, em minuta, o texto da deliberação relativa ao ponto 02 da ordem trabalhos** -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

### **03 – PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE NO CONCELHO DE OURÉM – REALIDADE E FUTURO** -----

----- Tomando a palavra, a PRIMEIRA SECRETÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL sugeriu que os convidados tomassem os seus lugares na mesa de trabalhos, reiterando os votos de agradecimento pela amabilidade de estarem presentes. -----



----- Mais informou da forma como decorreria este ponto da ordem de trabalhos, conforme definido em reunião da Comissão de Planeamento Estratégico, ocorrida a 03 julho 2023 -----

----- Entidades convidadas a estarem presentes -----

- Ministro da Saúde, Manuel Pizarro -----
- Diretora Executiva ACES Médio Tejo, Dr.ª Diana Leiria -----
- Presidente do Conselho de Administração Centro Hospitalar do Médio Tejo, E.P.E., Dr. Casimiro Francisco Ramos -----
- Presidente do Conselho Administração Centro Hospitalar Leiria, Dr. Licínio Oliveira de Carvalho -----
- Diretor Executivo SNS, Prof. Dr. Fernando Araújo -----
- Sindicato Independente dos Médicos, Secretário Geral, Jorge Roque Cunha -----
- Bastonária Ordem dos Enfermeiros, Enf.ª Ana Rita Cavaco -----

----- Confirmaram a presença -----

- Presidente do Conselho Administração Centro Hospitalar Leiria, Dr. Licínio Oliveira de Carvalho -----
- Sindicato Independente dos Médicos, Secretário Geral, Dr. João Paulo Simões – membro do Secretariado Regional do SIM/Centro e Delegado Sindical -----
- Ordem dos Enfermeiros, Tesoureiro do Conselho Diretivo Regional da Secção Regional do Sul da Ordem dos Enfermeiros, Enf. Rui Alves -----

----- De seguida, foi dada a palavra aos grupos municipais, conforme definido em reunião da Comissão Planeamento Estratégico, registando-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **JOANA CASIMIRO ROSADO**, na qualidade de representante grupo municipal CHEGA, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Cumprimento toda a Assembleia na pessoa do senhor Presidente -----

Nós, o Partido CHEGA de Ourém, queremos agradecer o excelente trabalho da Unidade Local de Saúde do Médio Tejo, tal como ao seu administrador Dr. Fernando Araújo que conseguiram levar os médicos todos do Centro de Saúde de Ourém, deixando cerca de 15 mil utentes,



utentes não! Pessoas, sem médico de família. Podem alegar que é política, mas para nós oureenses significa, num futuro próximo, mais doenças ou porventura mais mortes. -----  
 Tudo por falta de um bom acompanhamento clínico. Tal como diria o Dr. Casimiro Ramos ----  
 não vai mudar tudo, os médicos continuam cá! -----  
 Eram só vantagens! -----  
 Contratavam-se médicos mais rápido e os sistemas informáticos iam trabalhar maravilhosamente bem. Agradecemos muito pela vossa hipocrisia. -----  
 Agora vimos também agradecer a Unidade Local de Saúde de Leiria, que supostamente faremos parte pelo facto de termos tantos médicos e sistemas informáticos tão bons, basicamente um excelente trabalho de saúde em Ourém que os utentes (pessoas) já não se queixam que têm que vir às duas da manhã, ficou um serviço tão excelente que já não há pessoas. -----  
 Só de se ouvir as siglas ULS Leiria as pessoas deixaram de adoecer, não por falta de médicos, mas, porque não existem mais doentes, pois para haver doentes é preciso existirem médicos!  
 Agradecemos a todos os profissionais envolvidos neste processo de trocas. Agradecemos também ao Ministro da Saúde e ao Governo constituído pelo Partido Socialista por quererem que os oureenses tenham uma vida curta e de má qualidade.” -----  
 = **JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA**, na qualidade de representante grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos, -----  
 Cumprimento toda a Assembleia na pessoa da Senhora Presidente. -----  
 Encontramo-nos hoje aqui reunidos para debater um tema candente que está na ordem do dia, que a todos preocupa e que, infelizmente, afecta uma grande maioria dos portugueses – que é o problema do acesso à saúde e da falta de médicos de família! -----  
 Sabemos todos que o acesso à saúde é um direito fundamental de todos os cidadãos, na exacta medida em que todos têm direito à protecção da sua saúde, para além do dever de a defender e promover. -----  
 De facto, enquanto direito e dever social, constitucionalmente protegido, a protecção da saúde realiza-se (ou devia realizar-se) através de um serviço nacional de saúde universal, geral e tendencialmente gratuito, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos. ----



Mas é a própria Constituição da República Portuguesa que densifica ainda mais este direito, ao dizer expressamente que a protecção da saúde dos cidadãos se concretiza também pela criação de condições económicas, sociais, culturais e ambientais que garantam, por exemplo, a protecção da infância, da juventude e da velhice, e pela melhoria sistemática das condições de vida e de trabalho, bem como pela promoção da cultura física e desportiva, escolar e popular, ou ainda pelo desenvolvimento da educação sanitária do povo e de práticas de vida saudável.

Já pelo lado do Estado, e com vista à concretização deste direito, é incumbência sua garantir o acesso de todos os cidadãos aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de reabilitação, seja qual for a sua condição económica. -----

E é também incumbência do Estado garantir uma racional e eficiente cobertura de todo o país em recursos humanos e unidades de saúde, para além de orientar a sua acção para a socialização dos custos dos cuidados médicos e medicamentosos, ou ainda disciplinar e fiscalizar as formas empresariais e privadas da medicina, articulando-as com o serviço nacional de saúde, por forma a assegurar, nas instituições de saúde públicas e privadas, adequados padrões de eficiência e qualidade. -----

Só que, como sabemos, este cenário idílico não tem, infelizmente, qualquer correspondência com a realidade que vivemos por estes dias, e isto porque o “estado da arte” que conhecemos hoje é bem diferente daquele que os legisladores constituintes gizaram vai para quase cinquenta anos! -----

A realidade está hoje mais caótica do que nunca, e o nosso concelho não é excepção. -----

Ainda há dias, soubemos do fecho da Unidade de Saúde Familiar de Ourém, que encerrou por falta de médicos, engrossando ainda mais a lista daqueles que não têm médico de família, que viram assim as suas consultas desmarcadas, para além de um triste e incerto futuro. -----

Por isso, é perfeitamente compreensível que o povo venha para a rua manifestar-se! -----

Tenhamos todos bem presente que, no quadro constitucional, estão também consagrados e reconhecidos a todos os cidadãos um conjunto de direitos, liberdades e garantias de participação política, designadamente o direito de participar na vida pública, direito este consubstanciado na possibilidade de qualquer pessoa poder tomar parte na vida política e na



direcção dos assuntos públicos do país, seja directamente – e sublinho directamente – seja por intermédio de representantes livremente eleitos. -----

E é por isso que o MOVE não pode deixar de considerar perfeitamente legítima a recente iniciativa popular que teve lugar no nosso concelho, a propósito da falta de médicos de família na unidade de Saúde de Ourém e nos seus Polos, levada a cabo por um grupo de cidadãos, e que culminou com a entrega na Assembleia da República, no passado dia 24 de Maio, de uma petição a exigir o acesso a médicos de família por parte da população, petição essa que conta até ao momento já com quase 9.000 assinaturas! -----

Minhas Senhoras e meus Senhores, independentemente do sentido da oportunidade ou da perspectiva com que analisemos esta iniciativa popular que decorreu no nosso concelho, negá-la é negar os valores e os fundamentos da nossa democracia. -----

Ainda no âmbito dos direitos de participação política, é a própria Constituição a reconhecer a todos os cidadãos o direito de serem esclarecidos objectivamente sobre actos do Estado e demais entidades públicas, bem como de serem informados pelo Governo e outras autoridades acerca da gestão dos assuntos públicos. -----

Neste âmbito, termino, dizendo que o MOVE também não pode deixar de expressar aqui o nosso mais profundo lamento pelo facto de o Senhor Ministro da Saúde e do Senhor Director Executivo do SNS terem declinado o convite para estarem hoje aqui connosco, e nem sequer se terem dignado a enviar um representante! -----

Muito obrigado.” -----

= **PAULO ALEXANDRE CANCELINHA DE SÁ**, na qualidade de representante grupo municipal CDS-PP, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Ex.ma Senhora Dr.ª Ana Vieira, no exercício da função de Presidente da Assembleia Municipal

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Ex.mos Senhores Vereadores -----

Ex.mos Senhores Deputados -----

Ex.mos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e demais autarcas -----

Ex.mos Senhores funcionários -----

Ex.mos Senhores Convidados -----



Ex.mos Senhores representantes dos órgãos da comunicação social -----  
 Todos os que nos acompanham, através da transmissão online, esta sessão -----  
 Minhas senhoras e meus senhores -----  
 Em nome da Comissão Política do CDS-PP de Ourém gostaria de, antecipadamente, enaltecer e agradecer a presença dos convidados Dr. Licínio Carvalho, Dr. João Paulo Simões e do Enf.º Rui Alves. -----  
 Lamentamos a não presença dos restantes convidados, onde se inclui o senhor Ministro da Saúde, Manuel Pizarro que, na nossa opinião, seria peça fundamental na cabal discussão e esclarecimento da problemática atual do tema da “Saúde”, ou melhor, o “Estado da Saúde no nosso Concelho”. Nada diferente do que acontece no panorama nacional, não só na Saúde como também em outros setores da administração pública, Finanças, Tribunal; Segurança Social, Escolas, SEF, etc.. A imagem do Governo que nos governa atualmente. -----  
 Falando do que nos reúne aqui hoje. A degradação do Serviço Nacional de Saúde continua e continua por inação do Governo PS que está a contribuir para a degradação do SNS, competência que competia ao senhor Ministro Manuel Pizarro, nomeado pelo senhor Primeiro Ministro António Costa, eleito com maioria absoluta, não entenderem ambos que as políticas públicas de Saúde falharam e estão em colapso. E, a ideia entre decisões políticas e uma gestão mais independente, mais autónoma do SNS seria o melhor de dois mundos. -----  
 O SNS tem de responder, de forma clara e objetiva, às necessidades dos portugueses, pois temos uma população cada vez mais envelhecida que obrigada a maior investimento em recursos tanto humanos como infraestruturas, para assim poder dar resposta objetiva às necessidades de quem necessita recorrer ao SNS. -----  
 Relativamente aos recursos humanos: médicos e enfermeiros, auxiliares de saúde e administrativos, é preciso fixar os profissionais e acabar com o desinvestimento crónico do SNS, sendo necessário restabelecer as carreiras dos profissionais de saúde. Carreiras estáveis com remunerações justas que permitam a sua realização pessoal e profissional através de dedicação exclusiva capaz de valorizar os mesmos. -----  
 No que diz respeito ao nosso concelho, perceber que o Executivo Municipal, liderado pela Coligação PPD/PSD – CDS-PP, nada mais poderá fazer para além do que tem feito, pois o



facto de virmos a integrar a ULS Leiria faz todo o sentido pela proximidade, o mesmo não se pode dizer em relação à recente criada ULS do Médio Tejo que resulta da fusão do ACES e da CHMT, em que o hospital de referência será o hospital de Abrantes, não fazendo qualquer sentido para a população do concelho de Ourém pela distância a que se encontra e bem assim pelo custo das deslocações, quer em transportes particulares, quer as ambulâncias de transporte de doentes. -----

Termino fazendo aqui um apelo ao senhor Primeiro Ministro, António Costa e ao senhor Ministro da Saúde, Manuel Pizarro, para que aproveitem o excedente orçamental que se apregoa e o convirjam para o setor da Saúde, pois será o princípio da resolução de um problema gravíssimo que afeta todos os portugueses. -----

Tenho dito. -----

Muito obrigado” -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “O grupo municipal do PS tomou a iniciativa de requerer a realização desta sessão extraordinária da Assembleia Municipal, sobre a temática da saúde no concelho de Ourem. -----

A questão da saúde é, objetivamente e de maneira inequívoca, o maior problema dos cidadãos do nosso concelho. -----

Em jeito de defesa de grupo, foi criada a nova narrativa, repetida até à exaustão e em decibéis elevados, por todos os elementos da coligação que governa o município, segundo a qual “todo o problema da saúde no nosso concelho é da responsabilidade, só e unicamente do poder central, eles é que contratam e colocam os médicos e os outros profissionais de saúde.” -----

Não terão da minha parte um discurso hipócrita e politicamente correto. O meu interesse é só e unicamente defender os cidadãos do nosso concelho. -----

Tenho a perfeita noção que os problemas de base relativos à saúde, são da responsabilidade dos sucessivos governos centrais, que nunca conseguiram resolver a estrutural falta de médicos de família, em várias regiões do nosso país. Nunca quiseram enfrentar o problema base que é, na minha opinião, a existência de lobbys fortíssimos nesta área, que nem por um



segundo pensam no bem comum. Lobbys de classes, lobbys económicos, todos eles, interesses pessoais. -----

No entanto, tudo ficou bem pior desde Janeiro de 2023, com a adesão à ULS de Leiria, culminado com o encerramento da USF de Ourem, no dia 01 de Junho de 2023. Todas estas siglas que podem parecer estranhas e confusas, podem traduzir-se em números, ou seja, desde a adesão mal estudada, mal fundamentada e precipitada para a ULS de Leiria, no concelho de Ourem existiam aproximadamente 14 mil pessoas sem medico de família e agora são mais de 30.000. Sim, esta duplicação de pessoas sem medico de família, teve só a ver com uma decisão municipal!!! -----

Como alertámos nesta Assembleia Municipal, tanto em Fevereiro como em Abril, esta forma de tratar os profissionais de saúde que trabalham neste concelho, levaria ao fecho da USF de Ourem, o que infelizmente veio a confirmar-se. Não foi o governo do PS que decidiu o encerramento da USF de Ourem, foram as decisões tomadas pelo executivo municipal que levaram a este encerramento. -----

Talvez o que melhor funcionasse em Ourem, era a USF, nomeadamente o grupo de médicos de família agora inexistente. -----

Não pode, o senhor presidente da Camara Municipal de Ourem, negar que sempre preferiu que o nosso concelho aderisse a ULS Leiria, como acabou por “confessar” numa entrevista à Radio Hertz, em 11 de Junho de 2023. -----

Aliás essa “confissão” é uma novidade absoluta, mas deixe-me dizer-lhe que é um profundo desrespeito para com esta Assembleia Municipal, que nunca o tenha feito aqui, e teve tantas oportunidades. Por várias vezes lhe perguntei. -----

No decorrer deste processo de auscultação, de preparação do processo, não ouviu nenhum dos interessados que estão no “terreno” neste concelho. -----

Aliás continua a utilizar argumentos completamente falaciosos nas suas explicações, como por exemplo o acesso às urgências do hospital de Leiria. É uma absoluta mentira que os utentes de Ourem ficassem impedidos de recorrer a Leiria, em caso de urgência. -----

Deixem dar-vos um exemplo de algo que deveria ter ponderado, estudado e tido em conta na decisão. Segundo é do conhecimento publico, a futura ULS de Leiria, irá ter quase o dobro de



utentes em relação à ULS do Médio Tejo, com praticamente os mesmos profissionais de saúde. -----

Deixe-me dizer-lhe, que pensamos que o Sr. Presidente de Camara, ainda não tem a real noção do problema, senão vejamos: -----

- Continua a insistir na colocação de médicos em todas as extensões de saúde do concelho. Com já foi dito por vários especialistas do setor, isso é algo de impossível. Os novos médicos não querem trabalhar sozinhos, querem efetuar trabalho de equipa. As medidas puramente eleitoralistas de renovar vários centros de saúde do concelho, alguns nunca vão ter médicos, é também uma medida de esbanjamento de recursos. Atenção que não foi só este executivo que fez isso, os executivos PS também o fizeram. Não é por isso que deixarei de criticar. -----

- Tudo isso é feito com uma logica eleitoralista, de tentativa de não levantar ondas e no final as populações ficam sem os médicos e com os dinheiros gastos em obras que são autênticos “elefantes brancos”. -----

- Continua sem existir um plano municipal de saúde, e que importante seria para definir a estratégia local. -----

- Com a possível e desejável junção de centros de saúde, é importante pensar num verdadeiro e funcional plano de transportes destes doentes para os centros de saúde. -----  
Que se assumam os erros, que se ouça quem sabe do assunto, sem tabus ou dogmas, e que se pense sempre primeiro no melhor da nossa população. Não aconteceu neste caso, correu mal, muito mal. -----

Da nossa parte estaremos absolutamente disponíveis para ajudar a minorar o problema, a arranjar soluções, a melhorar o futuro.” -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, em nome grupo municipal Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Exmo. Senhor -----

Presidente da Assembleia Municipal, -----

Exmo. Senhor -----

Presidente da Câmara Municipal, -----

Srs. Vereadores, -----



Srs. e Sras. Deputados Municipais, -----  
 Convidados, -----  
 Público presente na sala e em casa, -----  
 Imprensa, -----  
 Minhas senhoras e meus senhores, -----

Há poucos dias o Conselho das Finanças Públicas divulgou um relatório muito preocupante sobre o estado atual do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Segundo o relatório, em finais de 2022, havia: -----

- 600 mil pessoas em lista de espera para consultas; -----
- 235 mil pessoas em lista de espera para cirurgias; -----
- 1,5 milhões de pessoas sem médico de família e, em maio deste ano, passou para 1 milhão e setecentas mil pessoas; -----

Recordo que o Sr. Primeiro-Ministro, António Costa, disse que em 2017 todos os portugueses teriam um médico de família!! Oito anos depois de assumir funções, vivemos um drama social. Hoje há uma tremenda injustiça no acesso à saúde. Quem tem dinheiro consegue aceder aos serviços que deseja. Quem não tem dinheiro, fica à porta do Centro de Saúde ou dos hospitais públicos. -----

Isto não é justiça social! -----  
 Isto não é o Estado Social que defendemos! -----

E a situação só não é ainda pior devido à dedicação dos profissionais de saúde, a quem presto homenagem pelo árduo trabalho que desenvolvem todos os dias. -----

Mas não basta criticar! É preciso encontrar soluções e caminhos alternativos. -----

Por isso, o meu partido, o PSD, está a dedicar toda esta semana ao tema da saúde e vamos apresentar já nesta quinta-feira, no parlamento nacional, medidas urgentes para fazer face ao falhanço das atuais políticas de saúde. Estas medidas abarcam cinco eixos estratégicos, 25 propostas e mais de 90 medidas. Os cinco eixos são: -----

- I - Reforçar o SNS; -----
- II - Atribuir médico de família a todos os portugueses; -----
- III - Diminuir o tempo de espera para cirurgias, consultas e exames; -----



IV- Aumentar o acesso aos cuidados continuados e paliativos; -----

V - Garantir mais acesso ao medicamento. -----

Um dos maiores erros que foram cometidos nos últimos anos na saúde foi a obsessão ideológica. Muitos acordos com o setor social e privados foram extintos. Por ódio aos privados, milhares de pessoas ficaram sem assistência médica. -----

Por outro lado, no ano passado, fugiram do SNS 1.488 médicos, sem que o Ministério da Saúde tenha feito alguma coisa para os segurar. -----

Os concursos para novos médicos tardam em abrir, e quando abrem, ficam muitas vagas por ocupar. Para captar médicos para o sector público é preciso pagar melhor e oferecer melhores condições de trabalho. E há dinheiro para isso? -----

Sim, há! Temos os impostos mais altos de sempre e até 2030 vamos receber, pelo menos, 50 mil milhões de euros da Europa. Desde D. Afonso Henriques que nunca o nosso país recebeu tanto dinheiro. -----

Há dinheiro para aviões, há dinheiro para salvar bancos, e não há dinheiro para a saúde? O nosso bem mais precioso? -----

Salvem pessoas, salvem vidas! Não salvem aviões ou bancos! -----

Em Ourém, somos um concelho com qualidade de vida, mas não podemos aceitar que nos neguem o acesso à saúde. -----

Há muito tempo que nós, autarcas, andamos a alertar para o estado da saúde no nosso concelho. Já tivemos várias reuniões no Ministério da Saúde, já enviamos cartas, emails, elaboramos moções e encetámos outras medidas. -----

Não podemos aceitar que o poder em Lisboa nos trate como se fôssemos cidadãos de segunda, que tudo consentimos! Que nos ajoelhemos perante a indiferença e a incompetência.

Se o governo não consegue dar as devidas respostas, que passem as competências e as respetivas verbas para as autarquias, que nós contratamos os médicos e garantimos às nossas populações o acesso à saúde. Pior do que já estamos, será difícil! -----

De certa forma isto já está a acontecer, com a Câmara de Ourém a substituir-se ao governo, com a implementação do projeto Bata Branca e a criação de um Regulamento de fixação de Médicos. -----



Quero assegurar a todos os ourenses que a minha bancada, do PSD, continuará sempre a lutar para oferecer melhores condições de saúde a todos. Somos portugueses como os outros e exigimos ser tratados com dignidade! -----

De seguida, deixarei na Mesa uma Moção para vossa discussão e votação. -----

Sem acesso à saúde não há vida, não há crianças, não há famílias, não há gente, não há investimento, não há economia, não há empregos, não há freguesias, não há concelhos. Enfim, não há Portugal!" -----

----- Findas as exposições, a PRIMEIRA SECRETÁRIA DA AMO, agradecendo as mesmas, referiu o seguinte: “Antes de darmos continuidade a este ponto, gostaria de dar aqui algumas notas. -----

Esta sessão foi convocada dadas as fragilidades e problemas existentes no concelho de Ourém, tendo encetado vários convites. Agradeço, desde já aos presentes, como já tive oportunidade de o fazer. -----

Gostaria de deixar aqui uma palavra, no sentido de lamentar a não presença de determinadas entidades convidadas e, mais lamentável, quando nem sequer respondem. -----

O Ministério da Saúde, foi feito o convite, mas não obtivemos resposta. -----

O Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo, disse que não poderia estar presente, mas que também não teria ninguém que pudesse fazer a sua representação. -----

O Diretor Executivo do SNS informou de que não poderia estar presente e que também não haveria ninguém nesta estrutura que o pudesse representar. -----

A Diretora Executiva do ACES Médio Tejo disse que também não poderia estar presente e que não teria ninguém que a representasse. -----

É de estranhar que todas estas entidades, não sendo um convite a uma pessoa individual, não tenham alguém que venha aqui ao nosso concelho dar-nos uma palavra ou pelo menos que esteja connosco neste caminho, e que tenha uma palavra para nos responder. -----

Agradeço aos convidados presentes. Agradeço por terem vindo ao nosso concelho” -----

----- De imediato, registaram-se as apresentações dos CONVIDADOS PRESENTES, de forma individual, sobre a temática em apreço: -----

----- Presidente do Conselho Administração Centro Hospitalar Leiria, Dr. Licínio Carvalho –



----- Sindicato Independente dos Médicos, Dr. João Paulo Simões -----

----- Ordem dos Enfermeiros, Enf. Rui Alves -----

----- Neste momento, deu entrada na sala o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL que, pedindo desculpa pelo seu atraso devido a compromissos de ordem profissional, de imediato, assumiu a presidência dos trabalhos a decorrer, dando a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para que pudesse proceder à respetiva exposição. -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL questionou sobre a possibilidade de apresentar um vídeo que conforme disse, retrata um pouco aquilo que tem sido a Saúde no concelho de Ourém, ao longo dos últimos anos” -----

----- Finda a apresentação do vídeo, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

O que quisemos demonstrar com este vídeo que apresentámos é que o problema que hoje temos em Ourém, não é de hoje, é um problema de décadas e que, infelizmente, tem vindo a arrastar-se ao longo dos últimos anos. -----

Também quisemos demonstrar que, infelizmente e como aqui foi dito, o problema não é exclusivo de Ourém, é um problema a nível nacional, havendo mais de um milhão e setecentas mil pessoas sem médico de família. Como também é um problema do Médio Tejo, como vimos, no vídeo, alguns colegas meus testemunharam a falta de médicos de família nos seus concelhos. Que eu saiba não é por terem mudado de ULS que deixaram de ter médico de família nesses concelhos. -----

Temos aqui uma referência que foi feita pelo Vice Presidente da Câmara de Tomar, reportando um erro que na opinião dele, e eu concordo, foi cometido há muitos anos atrás, com a construção de três hospitais relativamente muito perto e que deu naquilo que vemos e, infelizmente, o concelho de Ourém também está a pagar por isso. -----

A nossa função, enquanto Município – e daqui a pouco, se assim o entenderem ou fizerem essa pergunta, poderei explicar mais um pouco sobre o que temos vindo a fazer para minorar um pouco este problema no nosso concelho – dizia eu, a nossa função/competência não é a contratação de médicos, enfermeiros, assistentes técnicos, e de operacionais também não, só será a partir de setembro. A nossa função é de pressionar a Tutela, o Ministério, a ARS, o



ACES para que coloquem médicos de família no nosso concelho. E temos feito isso, e muito. Nestes cinco anos e meio de exercício do nosso mandato, não sei bem, mas, seguramente, mais de 15, 16, 17 vezes que reunimos com a ARS, o ACES, os secretários de Estado, a senhora Ministra e também com a ACES que é uma entidade, hoje, com responsabilidades também na área da Saúde. Temos feito muito o nosso papel, temos feito muito daquilo que entendemos dever reivindicar para o bem do nosso concelho. -----

Permitam-me agora que fale um pouco também de uma das declarações que foi aqui lida, nomeadamente, pelo senhor deputado Nuno Baptista que, se não fosse sério, dava vontade de rir. Um senhor deputado que se arauto de seriedade e da defesa do Povo, vem mentir claramente às pessoas, dizer que há 30 mil pessoas sem médico de família em Ourém. É falso, é mentira isso que disse. Tenho aqui números, dados hoje pelo ACES que dizem assim: há 48.215 pessoas/utentes inscritos nos centros de saúde do concelho de Ourém. Neste momento, com médico há 27.525, sem médico 20.690 utentes, o que dá cerca de 60%. Mas, também é bom dizer que destes cerca de 20.690 que não têm médico de família, hoje, por força daquilo que temos vindo a fazer, existem 13.878 pessoas destas 20.690 que não têm médico de família, mas têm assistência médica nas extensões de saúde. Neste momento, existem no concelho de Ourém 6.812 pessoas sem qualquer assistência ao nível de médicos, seja de saúde, seja de prestadores de serviços. Esta é a verdade, com os números que são de hoje. Posso dizer mais, as extensões que, hoje, não têm médico de família são: Gondemaria com 1.689 utentes; Matas com 664 utentes; Atouguia com 1.377 utentes e Caxarias, tem um médico, mas não é suficiente, com 1.900 utentes. Estas são as pessoas que hoje não têm assistência. É de mau tom vir para aqui dizer que há 30 mil pessoas sem médico de família. Quando temos responsabilidade, temos de procurar saber aquilo que dizemos, nos lugares que dizemos, em vez de vir para aqui dizer asneiras, foi o que o senhor deputado veio para aqui dizer. -----

Permita-me também que lhe faça aqui duas perguntas. Falou aqui que as extensões de saúde não deveriam existir. Lanço aqui um desafio, que diga aqui hoje, quais as extensões de saúde que iria encerrar no nosso concelho. Estão aqui 13 presidentes de junta de freguesia que também gostariam de saber qual é a posição, não sei se do Partido Socialista se do deputado



Nuno Baptista. Há essa dúvida também neste momento. Mas, pergunto ao senhor deputado Nuno Baptista quais seriam as extensões do Centro de Saúde que iria encerrar. -----

Gostaria de dizer claramente o seguinte: a minha posição, manifestada já junto do ACES, em reunião que tive com a senhora Diretora Executiva, é a seguinte: 3 unidades de saúde familiar ou 3 núcleos de saúde e esses 3 núcleos de saúde terem a seu cargo extensões onde não podem estar médicos a tempo inteiro – todos sabemos disso, mas tem que ter médico pelo menos uma ou duas vezes por semana. É isso que defendemos e enquanto eu estiver neste cargo, fique a saber que nenhuma extensão de saúde irá encerrar no nosso concelho. Que fique bem claro o que acabei de dizer. E, desafio-o a dizer quais são as extensões de saúde que vão encerrar se alguma vez o senhor deputado estivesse neste lugar. -----

Depois queria dizer que, relativamente às requalificações dos centros de saúde – ao tempo, em 2014, 2015, 2016, quando aqui estava o Partido Socialista, essa era uma das bandeiras, requalificar as extensões do centro de saúde. Quatro extensões de saúde, nunca o conseguiram fazer. -----

Na sua opinião, nunca deveríamos ir para a ULS Leiria. Pergunto aqui também qual seria a sua decisão. Seria ir para a ULS Médio Tejo? Ou seria para onde? O hospital de referência iria ser Abrantes ou continuava a ser Leiria, como é até aqui? Também é importante saber qual é a sua opinião sobre isso porque, no passado como bem sabe, o Partido Socialista, e bem, defendeu que o nosso hospital de referência devesse ser Leiria. E nós, continuamos a defender isso. O que está aqui em causa, hoje, a ULS Leiria – Ourém continua a ter como hospital de referência o de Leiria; ULS Médio Tejo, Ourém terá como hospital de referência o de Abrantes. É isto que está aqui em causa. Disse aqui, e bem, hoje, todos os ourensenses/todas as pessoas em Portugal podem aceder a qualquer hospital, a qualquer especialidade. É verdade. Mas, os INEMs quando há acidente vão para o hospital de referência. Por exemplo, haveria um acidente em Ourém e se estivéssemos na ULS Médio Tejo, seria encaminhado para o hospital de referência e que seria Abrantes. Combatemos isso no passado e, agora, pelos vistos, o senhor deputado defende essa situação. Se não a defende, diga o que faria perante essa situação. -----



A este propósito e também é bom esclarecer isto. Temos um email do Dr. Fernando Araújo de 18 janeiro 2023, dirigido à minha pessoa e que passo a ler: *“No sentido de qualificar a resposta do SNS simplificando os processos, incrementando a articulação entre equipas de profissionais de saúde, com o foco na experiência e nos percursos entre os diferentes níveis de cuidados utilizados pelos utentes, torna-se fundamental promover a integração, com maior proximidade das instituições, numa mesma área geográfica, aumentando a autonomia gestonária, melhorando a participação dos cidadãos, das comunidades, dos profissionais e das autarquias. Nesse sentido, a Direção Executiva do SNS, a 9 de dezembro de 2022, decidiu criar um grupo de trabalho com a missão de elaborar o plano de negócios da futura Unidade Local de Saúde da Região de Leiria. A abrangência que estava prevista para esta Unidade Local de Saúde era coincidente com os municípios que integram a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, conforme solicitado pela mesma entidade. -----*

*Em reunião tida na sede da CIMRL, no dia 10 de janeiro de 2023, com os Presidentes das Câmaras destes municípios foi sublinhado que: -----*

- A CIMRL e os Presidentes das Câmaras destes dez municípios foram favoráveis ao modelo das Unidades Locais de Saúde; -----*

- Em função do contexto existente, nomeadamente a existência do Hospital Distrital de Pombal e do Hospital de Alcobaça Bernardino Lopes de Oliveira, já integrados no Centro Hospitalar de Leiria, em termos gestonários seria mais adequado que a futura Unidade Local de Saúde da Região de Leiria, pudesse abranger os concelhos de Alcobaça, Nazaré e Ourém, excluindo os concelhos do Pinhal Interior Norte. -----*

*Nesse sentido, procedeu-se no estudo à alteração da área de influência da futura Unidade Local de Saúde da Região de Leiria, passando a englobar os concelhos de Alcobaça, Batalha, Leiria, Marinha Grande, Nazaré, Ourém, Pombal e Porto de Mós, bem como passou a integrar o Grupo de Trabalho os ACeS em causa e a ARS de Lisboa e Vale do Tejo”. -----*

Isto foi o que nos foi colocado e nós. Ao contrário do que disse, no dia 16 janeiro a Câmara deliberou, por unanimidade, onde estava uma Vereadora do Partido Socialista, por isso perguntei se a tomada de posição é do senhor deputado individualmente ou se é do Partido Socialista de Ourém, falta saber isso e gostava que esclarecesse isso aqui. Dizia eu, no final



de uma proposta que foi levada a reunião de Câmara, permita-me que leia a parte final: “Com a premissa basilar de procurar as melhores soluções para servir a população de Ourém numa área essencial que são os serviços do SNS que devem basear-se em modelos que privilegiam a descentralização, qualidade de serviços prestados à população, autonomia de gestão e trabalho de equipa, proponho que a Câmara de Ourém aceite o desafio de fazermos parte integrante desta ULS, pois acredito sinceramente que será o caminho”. 16 janeiro. Se o senhor deputado estivesse com atenção, sabia qual era a minha posição pessoal, desde o início, quando mesmo ainda não tenha sido formalmente perguntado se estaríamos ou não disponíveis para integrarmos esta ULS. Não nos foi perguntado formalmente, mas está aqui a resposta a 16 de janeiro. -----

E, terminando, gostaria de saber se o senhor deputado sabe porque razão os quatro médicos que estavam em Ourém saíram do concelho de Ourém. -----

Senhor Presidente, era isto que tinha para dizer nesta minha primeira intervenção. -----

Muito obrigado” -----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA, expôs o seguinte: “Senhor Presidente, obrigado pelo tempo concedido para esclarecimento de algumas perguntas que foram feitas -----

Primeira questão, não é uma questão de mentir ou deixar de mentir. O grupo municipal do PS perguntou a algumas entidades qual era a previsão do número de pessoas que poderão ficar sem médico de família. É possível que sejam hoje 20mil pessoas no concelho de Ourém, mas até final do ano, possivelmente, serão 30mil pessoas. Vamos ver, no final do ano, com a saída de médicos, reformas e afins, se serão 30 mil pessoas. Acho piada que alguns senhores vereadores se vão rindo disto, eu não acho piada nenhuma. -----

Quanto à questão de fechar as extensões de saúde, o senhor Presidente da Câmara tem estado desatento às intervenções dos deputados municipais do PS. Já no mandato anterior e em diversas intervenções neste mandato, pareceu claro que a posição do grupo municipal do Partido Socialista e da Vereadora que mencionou, foi que o Partido Socialista achava, e o senhor Presidente disse e bem, que faria sentido haver três centros de saúde principais. E, quem não conhecer a realidade dos médicos, e está aqui um digníssimo representante do



Sindicato dos Médicos que saberá, as coisas mudaram muito nos últimos anos. Os novos médicos não querem trabalhar sozinhos em extensões de centros de saúde. A própria Diretora do ACES quando veio a esta Assembleia Municipal focou isso. A Diretora do ACES quando foi à reunião da CIM Médio Tejo disse isso claramente. Os tempos mudaram. -----

Quanto à questão das obras. O senhor Presidente da Câmara esteve novamente desatento. Deveria estar a preparar o vídeo com a música incisiva, e não ouviu que eu disse que criticava claramente aquilo que foi feito pelo Executivo do PS. Disse isso claramente na minha intervenção. Acho que deve haver três centros saúde centrais, um em Fátima, um em Ourém e outro no Norte do concelho. E como disse na minha intervenção, com uma rede de transporte de pessoas otimizada, que não houvesse nenhuma pessoa que ficasse com algum problema para se deslocar ao Centro de Saúde, onde existissem equipas de médicos que pudessem resolver os problemas às pessoas. -----

Quanto à questão de optar. Não tenho nenhuma opinião formada sobre Médio Tejo ou Leiria e nem tenho de ter. O que eu queria, é que antes de tomar uma posição se estudasse. E, para sua informação, o que deve ter, houve conselhos que não são do Médio Tejo que, em Assembleia Municipal, decidiram aderir à ULS Médio Tejo. Volto a repetir, houve concelhos que não pertencem ao ACES Médio Tejo que, em Assembleia Municipal, decidiram vir para a ULS Médio Tejo. Isso era possível. E isso deveria ter sido proposto e nós devíamos ter manifestado sobre isso, portanto, neste caso, a decisão é sua e do seu Executivo. -----

Última resposta. Senhor Presidente, eu sei porque é que os médicos saíram, mas tenho uma certeza, o senhor Presidente também sabe.” -----

----- De seguida, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL deu por aberto o período de pedido de esclarecimentos/questões aos convidados presentes, tendo-se verificado as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA**, na qualidade de representante grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Duas questões muito rápidas -----

A problemática da Saúde julgo que é comum e a todos preocupa. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, é manifesto todos os argumentos que têm sido apresentados ao longo dos últimos meses e sabemos todos que, desde final do ano passado,



os problemas se tem agudizado. Dando como certo que o MOVE reconhece efetivamente que há um esforço da Câmara Municipal em colmatar algumas das lacunas que cumpririam ao Estado central fazer e, portanto, conhecendo isso, não deixamos, no entanto, de notar que a Câmara Municipal de Ourém poderia ir mais além daquilo que tem feito. Recordo, por exemplo, a abordagem que a Presidente do MOVE lhe fez há umas semanas, salvo erro, no início de maio, em que confrontava o senhor Presidente com a questão, infelizmente, das filas que se perpetuam e se fazem sentir no Centro Saúde de Ourém, com utentes à espera de uma consulta, de tirar uma senha, etc., etc., etc.. Com aquela “balburdia” (entre muitas aspas) que lá se passa todos os dias, todas as semanas, quotidianamente. Confrontado com o facto de estarem ali idosos, pessoas debilitadas, que nem sequer tinham a porta do Centro de Saúde aberta que lhes permitisse, pelo menos, estarem resguardadas do frio em pleno inverno e algumas até de ter relatos de hipotermia, portanto, serem já pessoas debilitadas e com isso debilitam-se ainda mais, o senhor Presidente da Câmara respondeu que fosse bater à porta do ACES Médio Tejo porque eles é que teriam alguma solução para o caso. Pois bem, senhor Presidente, se eu estivesse no seu lugar, amanhã, junto dos serviços, dizia para pôr uma tenda, uma barraca à porta do Centro de Saúde que até pago do meu bolso, mas ponham lá uma tenda para que as pessoas não tenham de ficar à chuva, ao frio, ao relento à espera de uma senha que, muitas vezes, nem aparece. É uma coisa tão simples e que ajudaria as pessoas que lá estão todos os dias a morrer de frio. E, já agora umas casas de banho portáteis, daquelas que se põem nos concertos das festas populares, porque, muitas vezes, as pessoas querem-se aliviar, digamos assim, e nem sequer têm onde fazer. A Câmara Municipal que se gaba de ter tanto dinheiro, de ter os cofres cheios e de ter tanta mordomia financeira, e ainda bem que assim é, que pegue em uma centena de euros e ponha lá uma tenda, é tão simples quanto isso e as pessoas agradeciam e talvez as pessoas não se manifestassem tanto na rua a propósito deste problema. -----

A outra questão, era dirigida ao Dr. Licínio Carvalho. E, aproveito a oportunidade para agradecer a presença dos convidados e o facto de terem aceite o convite. -----

Dizer que este problema conduz-nos para os primórdios desta questão. É que, quando se começou a falar desta questão da ULS Leiria e das Unidades Locais de Saúde, existiam vários



estudos que apontavam para as debilidades e fraquezas destas Unidades. Uma das quais, por exemplo, e desafio-o a responder, é ou não verdade que a ULS Leiria, melhor o Centro Hospitalar de Leiria tem atualmente a competência e a autonomia para contratar médicos. Se é verdade, o que é que tem sido feito com esse poder que existe. Alguém nos garante que com uma ULS, e todos sabemos, pelo menos é o relato de médicos e outros operacionais de saúde, que nos asseguram que aquilo não funciona. Ora, se não funciona enquanto Centro Hospitalar, quem nos garante que irá funcionar enquanto ULS. Não sei, fica a questão. Mas, existiam inúmeros relatos e estudos sobre a questão. E, passo a citar uma, de João Ricardo Miranda da Cruz, da Universidade de Lyon de 2020, apontando uma série de situações. “O número de médicos especialistas nos cuidados de saúde primários, globalmente têm estagnado, o que presumo prejuízos para a população e como consequência dificuldades de acesso aos cuidados de saúde. O modelo organizativo das ULS não veio trazer o valor acrescentado ao SNS que teoricamente previa”. Ou seja, todos os estudos apontavam para que estas realidades não seriam talvez a melhor solução e insistiu-se neste modelo. Pergunto ao Dr. Licínio Carvalho e também ao senhor Presidente de Câmara se, com os dados que temos hoje, se mantem, que a ULS de Leiria é a melhor solução para resolver os problemas dos ourenses. -----

Muito obrigado” -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Gostaria de colocar duas perguntas muito rápidas ao Dr. Licínio. -----

Acha que com as ULS vamos ter o problema dos médicos de família no concelho de Ourém razoavelmente resolvido? -----

Uma pergunta muito técnica. O acesso às urgências, como o senhor Presidente de Câmara disse, se Ourém tivesse aderido à ULS Médio Tejo, obrigatoriamente, em caso de urgência, os utentes de Ourém teriam de ir para as urgências de Abrantes? Fiquei com essa dúvida” -----

= **VICTOR DE OLIVEIRA SANTOS**, em nome do grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----



Cumprimentava o senhor Presidente da Assembleia Municipal e todos os presentes na mesa; senhores vereadores; colegas deputados; comunicação social; público presente e ainda quem nos acompanha online -----

Ainda agora ouvi o representante do Sindicato lamentar a ausência de alguém do ACES. Ainda agora o senhor Presidente e o meu colega de bancada, Nuno Baptista, disseram saber o motivo pelo qual os médicos saíram do concelho. A Dr.<sup>a</sup> Diana Leiria, presumo, saberia, hoje, explicar o motivo. Ela não estando presente, hoje aqui, se calhar sugeria à mesa que pudéssemos colocar a questão por escrito, para ficarmos todos esclarecidos do porquê deste abandono ou da falta de médios de família. -----

Perguntava ainda ao Presidente da Assembleia Municipal, ontem ouvi o Vice-Presidente do PSD, na SIC notícias, dizer que era a favor das ULS e como nunca ouvi dizer ao deputado João Moura a sua opinião, pergunto qual a sua posição sobre as ULS e qual a sua opinião sobre o funcionamento das ULS. Até porque lançou-me este repto na sessão de abril e estou a corresponder àquilo que foi o seu repto na Assembleia Municipal, por isso fazia esta pergunta. -

Perguntava também ao representante do SIM, se havendo incentivos das câmaras municipais, ou não havendo esses incentivos para a fixação de médicos, e esses incentivos não estarem a resultar, o que mais ou o que poderia ser feito para já? -----

= **CARLOS ALBERTO JESUS PEREIRA MARQUES**, na qualidade de representante grupo municipal Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Cumprimento a todos na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Tenho uma pergunta para fazer a cada um dos oradores -----

Ao Presidente da Câmara. Muito se tem falado do estado da Saúde no concelho, gostava que o senhor Presidente explicasse, de uma vez por todas, que medidas concretas é que o Executivo tem lançado ao longo destes meses. -----

Uma pergunta dirigida ao Dr. João Simões. O senhor Secretário-Geral do SIM, Dr. Jorge Cunha, afirmou “*Estamos perante uma reforma do SNS sem um custo definido, reativo e a reboque das sondagens das notícias. Mais uma propaganda do Governo Socialista.*” Como comenta esta afirmação do senhor Secretário-Geral. -----

Muito obrigado” -----



= **VIRGILIO ANTUNES DIAS**, na qualidade de Presidente União das Freguesias de Matas e Cercal, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Após ver o vídeo apresentado, não poderia deixar de intervir -----

Devo ser daquelas pessoas que estão na sala, que há mais anos estão a lutar por isto, desde 2009. Há 14 anos como Presidente de Junta que aqui estou. -----

Uma das coisas que me leva a estar aqui, é o ter ficado confuso e preocupado. Pensava que tinha alguém, ao longo de todos estes anos que o Partido Socialista presidiu à Câmara Municipal. Pensei que tinha um aliado a defender o posto de saúde nas Matas. Hoje, fiquei preocupado. Perguntava ao senhor Nuno Baptista se posso continuar a ter o apoio do Partido Socialista para continuação da extensão de saúde nas Matas. -----

Isto preocupa-me. Eu não mudei de ideias, e não vi ninguém do PS, no passado, a mudar de ideias, agora, fico muito preocupado ver estas mudanças nos últimos meses. Se defendemos, ao longo de anos e bem, e continuo a defender a ligação a Leiria/aos serviços de Leiria, agora querem mudar para Abrantes, fico muito preocupado. -----

Gostaria ainda de perguntar ao Dr. Licínio Carvalho, se o concelho de Ourém passar para a ULS Leiria, se os utentes podem ter acesso aos serviços, a tudo aquilo que existe, no momento, no Médio Tejo. -----

Obrigado” -----

= **CARLOS ALBERTO JESUS PEREIRA MARQUES**, na qualidade de representante grupo municipal Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Gostaria de colocar mais uma questão ao Dr. Licínio Carvalho -----

Peço para não levar a mal a questão que vou colocar. Também não sei se pode, no momento, informar ou não. Por exemplo, uma pessoa que viva a 15 minutos do Hospital de Tomar e vai por iniciativa própria ao Hospital de Tomar, obviamente, será assistida com todos os procedimentos normais. Será que depois de aderirmos à ULS Leiria, será transferido “obrigatoriamente” para outro Centro Hospitalar? -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Urqueira, expôs o seguinte: “Mais uma vez boa tarde -----



Gostaria de voltar a uma questão, que considero importante ficarmos esclarecidos, ou seja, porque é que os médicos saíram do concelho. Depois a questão preocupante do número de utentes sem médico de família e que gerou aqui alguma confusão. Penso que era importante sairmos daqui com o pensamento claro sobre estas questões. -----

Sobre a questão da ULS. Penso que estamos aqui com alguma confusão. Nenhum de nós pediu uma ULS, isto é uma política do próprio Governo. Estava no programa do Governo a criação das ULS. A solução para a falta de médicos do próprio Governo são as ULS. Ninguém pediu. Nós não pedimos. Não conheço nenhuma Câmara que pedisse as ULS. A questão é que todas estas perguntas devem ser colocadas ao Governo. Porque estão a impor as ULS? Será esta a melhor solução para a falta de médicos? Estas perguntas devem ser colocadas ao próprio Governo e não a nós. -----

Uma última questão. Fiquei agora a saber que, se o PS for um dia governo aqui na Câmara, a extensão de saúde de Urqueira fecha e isso é uma má notícia para todos os meus habitantes. Eles vão ficar muito insatisfeitos. Espero que o PS reveja esta posição. -----

Muito obrigado” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Vamos encerrar este período de perguntas e antes de dar a palavra aos nossos ilustres convidados e porque fui aqui questionado, não na qualidade de Presidente de Assembleia Municipal, mas noutra qualidade, e já que o deputado Victor Santos colocou algumas questões, terei todo o gosto em responder com matérias de facto. -----

Como não há coincidências, esta semana mesmo, o Partido Social Democrata entregou no Parlamento Português, um conjunto de projetos de resolução que eu próprio subscrevi. Não os vou ler exaustivamente, mas vou citá-los: Médico de família para todos; Mais acesso ao medicamento; Mais acesso aos cuidados continuados e paliativos; Menos espera para cirurgias, consultas e exames; Reforço do SNS. -----

Senhor deputado Victor Santos, cá está o pensamento político que eu subscrevo na íntegra e que é oriundo da direção da qual faço parte no Parlamento.” -----

----- De seguida, registam-se as intervenções dos convidados presentes, esclarecendo as questões que lhes foram dirigidas: -----



----- Sindicato Independente dos Médicos, DR. JOÃO PAULO SIMÕES expôs o seguinte: --

“Se os incentivos das câmaras não resultarem, o que fazer se não há médicos de família. Estou a falar numa Assembleia Municipal o que é diferente de falar para pessoas inteiradas no assunto. Não há médicos de família. Os médicos de família ou outros médicos têm tido as carreiras profissionais congeladas, o que não será somente na área da saúde, mas estamos a falar de Saúde. Os médicos têm tido, desde há oito ou dez anos, os vencimentos congelados. É muito simples. Como qualquer trabalhador. -----

Há pouco disse-o na minha intervenção. De facto, hoje em dia, os profissionais de saúde são muito diferentes dos de há uns anos atrás. Hoje, as pessoas trabalham muito em grupo. Não há incentivo nenhum para trabalharem sozinhos, isolados. -----

Não estou a apoiar ninguém, nem a desapoiar, estou a dizer uma realidade. Ao longo dos últimos anos, e não é só na área dos concelhos, é a nível nacional, foram encerrados vários hospitais que foram reestruturados. Não há um hospital em cada concelho. Não há. Sei que isto, em termos autárquicos, é muito complexo. Não é fácil. Os autarcas têm feito muito por esta questão nos seus concelhos. -----

Os médicos de família em Portugal também têm outro problema, muito grande e que o estrangeiro não tem. Nos outros países as pessoas, nos hospitais ou centros de saúde, são reconhecidas por mérito, nós cá não. Tentámos ao longo dos anos proletarizar o setor da Saúde, quer os médicos, quer os enfermeiros, quer os administrativos, para servir pura e simplesmente o setor privado. -----

Em relação à afirmação do Secretário Geral do SIM. Estou de acordo com ele. Há um ano que se anda a discutir e a tentar chegar a um acordo, e se passado um ano o acordo ainda não chegou, é natural neste Governo, como outro qualquer, isto tem acontecido com os últimos governos. Os governos mandam cá para fora notícias e provocam reações nos meios de comunicação social para inverter a opinião pública contra as classes que vão fazer greve, contra os trabalhadores que estão a reivindicar. É transversal no mundo político, certamente.”

----- Presidente do Conselho Administração Centro Hospitalar Leiria, DR. LICÍNIO CARVALHO expôs o seguinte: “Vou tentar responder a todas as perguntas e caso não o faça ou não seja suficientemente claro, estou disponível para completar aquilo que vou dizer -----



Relativamente às duas questões que o senhor deputado do MOVE colocou. A primeira sobre os estudos que foram feitos e que apontam para algumas fraquezas. Há muitos estudos sobre muitas coisas, mas de facto há alguns estudos sobre as ULS que não revelam grande vantagem no modelo. Mas, deixem-me dizer, que o último modelo foi criado há alguns anos, em 2012. Os estudos que foram feitos, foram feitos com base numa realidade que não é a realidade que temos hoje. O sistema de saúde e o SNS, naturalmente, evoluiu bastante e alterou-se muita coisa relativamente aos últimos anos e os estudos que foram feitos, não foram feitos com um foco, digamos assim, tão claro quanto isso. Por outro lado, deixem-me dizer o seguinte, não é pelo facto de haver ULS que não têm ou não tiveram um desempenho tão bom como era expeável que teremos de matar o modelo. O mesmo diríamos relativamente aos hospitais ou aos centros hospitalares EPE ou até às USF ou outros. Nem sempre os modelos se adequam às realidades e nem sempre aquilo que acontece em determinado contexto é verificado nouro contexto relativamente diferente. Relativamente às ULS houve, há um confortável consenso político à volta do modelo, como já foi dito hoje e já foi dito noutras ocasiões. Quer o Partido que está no Governo, quer o maior Partido da oposição defenderam, defendem nos seus programas eleitorais este modelo. É natural que o Governo que é Governo ou a oposição que é oposição e queria ser Governo defendam este modelo e tomem decisões para criarem ULS. Penso que as ULS têm vantagens. Uma das vantagens e já falamos noutra ocasião e já falamos também aqui hoje, é o facto do modelo ter mais vantagem sob o ponto vista da contratação, nomeadamente a contratação de médicos. E o que temos feito com essa autonomia, com essa competência, por exemplo nos hospitais EPE. Se nós não tivéssemos o modelo EPE, se tivéssemos o mesmo modelo dos ACES, neste momento, a nossa situação era catastrófica em termos da disponibilização, dos recursos, dos profissionais e, em particular, profissionais médicos, prestadores de serviços para respondermos aos nossos utentes. De facto, a quantidade de prestadores de serviços que nós e todos os hospitais têm – basta ver o volume da despesa que o SNS todos os anos assume com os prestadores de serviços, é qualquer coisa avassaladora. O recurso às prestações de serviços é possível no modelo EPE, é autónomo, temos competência direta para o fazer. Nos ACES têm de estar à espera de autorizações que não chegam e há coisas que não podem esperar. De facto, há esta vantagem



nos médicos, mas também não há só nos médicos, há nos médicos e nos outros profissionais. Nós temos competência para fazer contratos individuais de trabalho pelo menos para manter o staff que temos. Em termos de substituições quer temporárias, quer definitivas, os hospitais e os conselhos de administração dos hospitais EPE, ou seja, as ULS EPE têm competência direta, autónoma para contratar e para substituir os profissionais que saem. Esta é uma vantagem que, deixem-me dizer, faz toda a diferença. Realmente era impensável voltarmos ao modelo publico administrativo na gestão nas nossas unidades, nomeadamente, nos nossos hospitais. Não tenham a mínima dúvida sobre isso. Também disse, em relação aos médicos, isto é mais premente que é o facto de termos muitos médicos que rescindem os seus contratos de trabalho, os seus vínculos de trabalho dependente e, no mesmo dia, na mesma altura, estão disponíveis e são contratados pelos conselhos de administração em contrato de prestação de serviços. É algo estranho, mas é próprio em função da capacidade remuneratória que os conselhos de administração têm na prestação de serviços e que não têm nos contratos individuais de trabalho. Este é um problema que o Dr. João Paulo há pouco falou que é a retribuição de níveis de compensação de trabalho médico e que é um problema que está na ordem do dia e não vale a pena estar a repetir. -----

Relativamente às questões do senhor deputado Nuno Baptista do PS. Fez uma pergunta que penso já não é a primeira vez que a faz e, provavelmente, vou dar a mesma resposta. Se me perguntam, quando Ourém estiver integrado numa ULS vai ter o problema de falta de médicos de família resolvido? Não tenho a certeza. Há uma coisa que é esta, não basta que haja condições e capacidade de contratação e fazer contratos sejam individuais de trabalho, sejam de prestação de serviços, é preciso que haja médicos disponíveis no mercado. Não há médicos disponíveis no mercado. Quem tem o discurso, ouve-se menos, mas durante anos ouviu-se dizer “Portugal não tem médicos, tem um problema de distribuição médica”, desculpem, eu não concordo com isso. Desafio-os se quiserem marcar um exame de radiologia, de orologia, otorrino, uma consulta externa, etc., em qualquer unidade privada de Leiria, por exemplo, preparem-se, mesmo a pagar do nosso bolso e sem qualquer participação, não há, estão meses há espera. Sei o que estou a dizer, isto é assim, não há respostas. E não estou a falar só em Leiria. Em Ourém não sei como está a situação, mas em Coimbra ou em Lisboa a



situação não é diferente. há de facto falte de médicos e, por isso, não basta termos competência, não basta termos recursos financeiros, não basta termos vontade, é preciso que haja disponíveis para serem contratados. Deixem-me dizer que isto não é um problema exclusivo de Portugal, é um problema Europeu para não dizer mundial. Os espanhóis vêm a Portugal, recrutam médicos para irem para Espanha e para outros países da Europa. Os outros países da Europa vão a Espanha, nomeadamente, à Estremadura, instalam-se em hotéis, contactam médicos, contratam médicos para irem trabalhar para a Europa do Norte e para a Europa Central, com vencimentos muito maiores do que aqueles que se pagam em Espanha e os nossos são muito inferiores aos que se pagam em Espanha. Isto é um problema complicado de resolver e que não se resolve, só num ano e só com boas vontades. Essa é a questão. Respondendo muito concretamente, eu acho que o modelo EPE é uma alavanca, é uma ferramenta para atenuar, melhorar a resolver este problema, pelo menos mitigar este problema que é a falta de médicos que se verifica, por exemplo, neste concelho. digo isto por uma razão muito simples. Temos de evoluir muito rapidamente e necessariamente de um conceito de médico de família para um médico assistente. Aliás o senhor Presidente da Câmara foi muito claro, aquilo que se fala de médico de família, pessoas que não têm o seu médico de família atribuído é completamente diferente da população que não têm o médico assistente. Enquanto utente, enquanto doente, o que as pessoas querem é terem um médico assistente, seja um médico de família com vínculo permanente ao centro de saúde ou seja um médico que acabou de chegar que, provavelmente, nem fala bem português, mas que está lá, que atende as pessoas e que resolve o problema de saúde às pessoas. Isso é um médico assistente e nós, com o modelo EPE conseguimos, rapidamente, alavancar este modelo de resposta e que não acontece sem ser no modelo EPE, por mais que nos custe a admitir. -----

Relativamente à questão do acesso às urgências. As ULS ou qualquer modelo que exista de organização de cuidados de saúde, não pressupõe, e as ULS não são exceção e não vão ser exceção, que se faça um muro, uma fronteira, uma vedação à volta do território onde estão as ULS ou por onde vão passar as ULS. Nada de mais errado. O modelo ULS, o que se pretende com este modelo é precisamente facilitar a organização e facilitar a circulação das pessoas entre os vários níveis de cuidados do sistema. O que a ULS vai fazer é uma integração vertical,



é pôr os médicos de família a falar próximo dos médicos de saúde pública, como já o fazem e próximos com os médicos hospitalares, vamos poupar circuitos, vamos poupar idas desnecessárias aqui e ali, vamos poupar repetições de exames, vamos usar os mesmos sistemas informáticos. Com certeza que essa é uma questão essencial do ponto de vista de garantir a eficácia e até eficiência ao sistema. -----

Respondendo ao deputado Virgílio Dias. Quando pôs a questão de acesso aos exames. Os doentes circulam livremente, desde 2016 ou 2017, entre os vários sistemas. Um doente de Ourém se quiser continuar a ser tratado em Abrantes, sê-lo-á com certeza, mas se quiser ser tratado em Lisboa, ou em outro hospital também sê-lo-á, basta dizer ao seu médico de família que quer ser referenciado para o hospital que pretenda. As pessoas têm de circular dentro do sistema. O sistema tem de estar aberto e preparado para receber as pessoas e funcionar com vasos comunicantes para que os doentes possam ir onde há acesso mais fácil. Obviamente que um doente que está à porta do Hospital de Tomar vai à urgência de Tomar, se tiver que ficar internado, ficará internado no Hospital de Tomar e se o Hospital de Tomar não tiver vaga por alguma razão ou se o doente quiser ser transferido para Abrantes ou para Leiria, sê-lo-á com certeza. E se tem um médico assistente em Tomar e por qualquer razão vai à urgência a Leiria, não tem problema, não é por isso que deixa de ter o vínculo que tem com o hospital de Tomar. Uma coisa não tem rigorosamente nada a ver com outra. A ideia é facilitar a circulação, o acesso, a resposta que o sistema quer dar às pessoas. Seria aliás até contraproducente se com isto quiséssemos fazer fronteiras e dividir as pessoas, obrigar as pessoas a irem aqui ou ali. Este é um conceito ultrapassado e que, do meu ponto de vista, deve ser desmistificado. E, ainda bem que estas sessões acontecem, permitem que de alguma forma possamos também clarificar esses pontos. -----

Penso que respondi a todas as questões. -----

Muito obrigado” -----

----- PRESIDENTE CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “O senhor deputado João Pereira falou-nos em duas situações. -----

Relativamente à espera no Centro Saúde de Ourém durante a noite. Obviamente, isso não é desejável, não desejamos isso a ninguém, não é isso que pretendemos. Como tive a



oportunidade de dizer, penso que numa reunião de Câmara, a gestão dos edifícios ainda não é do Município, será a partir de setembro de acordo com a descentralização. Como disse e repito, não é uma competência nossa, essa situação. Não desejamos isso. Espero, e penso que nos últimos tempos isso não tem sido tão frequente, pelo menos é essa a informação que tenho. Por vezes isto acontece por má informação das pessoas e por má formação das pessoas que prestam serviços em determinadas áreas do nosso concelho e tem responsabilidades, devendo informar corretamente as pessoas. Sei de uma situação que aconteceu recentemente. Uma pessoa dirigiu-se ao Centro de Saúde durante a manhã e alguém lhe disse que tinha de vir de madrugada para ser atendida. A pessoa foi embora e falou com alguém que lhe disse para ir à tarde que seria atendida. E assim foi, foi à tarde e foi atendida. Muitas vezes isto tem a ver com a má informação que é passada às pessoas e por isso, as pessoas vão em erro, em engano para o Centro de Saúde. Não quer dizer que, por vezes, isso não tenha sido possível porque sabemos que há extensões de saúde sem médico e as pessoas vinham para o Centro de Saúde de Ourém. Como disse, penso que com a questão da Bata Branca, muitas dessas questões foram ultrapassadas. Esperamos, e já vou falar disso a seguir, se nos derem mais horas, podemos ajudar a resolver definitivamente esse problema, é o que pretendemos. -----

A ULS é a melhor opção ou não. Não lhe sei dizer. O que sei dizer é que as coisas como estão hoje, não funcionam. Isso sei dizer que não funcionam, e em lado nenhum. Não sei dizer se é a melhor opção. Sei é dar-lhe um exemplo. O raio x em Ourém está inoperacional, desde novembro do ano passado e a ARS não tem condições para reparar aquele equipamento e está à espera do Aviso para poder fazê-lo. Se calhar, uma ULS, como já aqui foi dito, uma EPE terá condições para, rapidamente, de forma muito mais ágil, resolver este problema. Este é apenas um pequeno exemplo, entre muitos outros que poderia aqui deixar. Hoje, já aqui foi dito, como já aconteceu quando o senhor Presidente do Conselho de Administração aqui esteve, a agilidade, em termos de procedimento, é muito maior do que aquela que é hoje. E acabei de apontar um exemplo concreto. -----

Registo que nem o deputado Nuno Baptista nem o deputado Victor Santos me fizessem qualquer tipo de pergunta. Registo isso. Uma Assembleia Municipal que foi pedida pelo grupo



municipal do Partido Socialista e não tem nenhuma pergunta para fazer sobre Saúde ao Presidente da Câmara. Fico muito satisfeito de isso ter acontecido e registo isso. Mas, já lhe vou responder porque houve aqui algumas perguntas que permitem responder a algumas situações. -----

Ao senhor deputado Carlos Marques, quais as medidas concretas para minorar o problema que temos no concelho de Ourém. Projeto Bata Branca que já aqui foi falado. Não inventámos nada, procuramos soluções. O Chefe de Gabinete a Vereadora Micaela estiveram a tentar perceber como é que este projeto funcionava. Conseguimos contratualizar junto da ARS 60 horas e estão, neste momento, 51 horas ocupadas e há 9 horas que não estão ocupadas porque a médica que era para fazer essas horas teve um problema familiar e não as pode fazer, esperamos que o possa vir a fazer muito rapidamente, porque são mais 9 horas que temos ocupadas. Temos pedidas mais 40 horas de Bata Branca, onde temos médicos interessados nessas 40 horas. É um esforço que se faz. A Bata Branca, a ARS paga aos médicos 27euros/hora e o Município, com um Protocolo que fez com a Santa Casa da Misericórdia, a entidade responsável pelo pagamento aos médicos, está também a compartilhar os médicos com mais 15euros, num total de 42 euros/hora. A Santa Casa está a pagar 40euros/hora. Foi assim que foi possível termos mais médicos no concelho, nomeadamente, em Vilar dos Prazeres, em Urqueira e também no Centro de Saúde em Ourém. É por isso, pelo menos tenho essa informação, que há menos pessoas no Centro Saúde em Ourém para serem atendidas. Este é um dos projetos que entendemos levar a cabo. Tem sido um sucesso, felizmente, e espero que assim possa continuar. Já tive oito colegas meus que me telefonaram a perguntar como funcionava este projeto e que estavam também interessados a implementá-lo no seu concelho. Parece-me que é uma medida interessante e que pode ajudar a minorar o problema que temos. -----

Aprovámos também um Regulamento para fixação de novos médicos no nosso concelho, aprovado na última assembleia, e que permite que reembolsemos despesas dos médicos até ao valor de 600euros, podendo esse valor ser aumentado se for numa USF, tipo A, agora segundo parece vão acabar porque há intenção do Governo em equipará-las todas e, por isso, essa situação poderá não acontecer. -----



Requalificámos seis centros de saúde. Hoje, soube aqui que o Partido Socialista foi contra essa requalificação. Era melhor termos o Sobral como tínhamos, onde mal conseguia trabalhar um médico; Alburitel nas condições que tínhamos; Olival uma desgraça completa; Vilar dos Prazeres aquilo que sabíamos; Rio de Couros nem médicos havia porque não havia o mínimo de condições para ali trabalharem; e Caxarias que ainda hoje tem ali uma extensão que é aquilo que, infelizmente, todos nós sabemos. Ajudamos e requalificamos, ainda falta uma delas, estas seis extensões de saúde. -----

Estamos a procurar implementar o SNS 24, em algumas juntas de freguesia, que mostraram disponibilidade para aderir a este projeto e que permite que os funcionários das juntas de freguesia possam pedir, através do SNS 24, as receitas para a medicação que os utentes necessitam. Muitas das pessoas que vão aos centros de saúde é pedir receitas. Estamos assim, neste momento, a implementar esse processo. Pensamos que, durante este mês ainda, isso poderá ser uma realidade em algumas juntas de freguesia. -----

Temos o Cartão ABEM que permite que todas as pessoas, com situação económica insuficiente, possam ter medicamentos gratuitos no nosso concelho. Temos esse cartão há cerca de 4 anos. Tem sido muita gente também a usá-lo, pessoas que não tinham condições de aceder a medicamentos e que hoje o pode fazer. -----

Temos um Gabinete de Saúde Oral a funcionar no nosso concelho. Outra aberração. Comparticipámos na aquisição da cadeira, mas depois esteve meses para trabalhar porque faltava vir alguém da ARS coloca-la em funcionamento. Isto também deve ser enaltecido porque também foi um esforço que fizemos para dotar o Centro de Saúde desse tipo de equipamentos. -----

Parece-me que, dentro daquelas que são as nossas competências, há trabalho que temos vindo a fazer para procurar minorar um problema grave que temos efetivamente no nosso concelho. -----

Senhor deputado Orlando Cavaco. Fala em número de utentes sem médico de família. O senhor deputado Nuno Baptista já adivinha e diz que até final do ano podemos ter 30 mil pessoas sem médico de família. Hoje, temos 20 mil pessoas sem médico de família, dos quais 13 mil têm assistência sem ser pelo médico de família. Não venho para aqui inventar. O senhor



deputado veio para aqui dizer que tínhamos 30 mil pessoas sem médico de família. É mentira. Lamento que o senhor deputado, com responsabilidade, venha aqui dizer isso. -----

O encerramento das extensões de saúde. O senhor deputado Nuno Baptista falou no encerramento de algumas, não disse quais. Digo, enquanto eu aqui estiver nenhuma extensão irá encerrar, a não ser que a tutela ou alguém o determine. Por minha vontade, nenhuma extensão será encerrada e gostava que o senhor deputado tivesse esta clareza, a dizer isso. ---

Já agora, gostava de saber o que é que o senhor deputado, enquanto deputado e membro do Partido Socialista, fez junto do seu Governo para ultrapassar este problema que temos no nosso concelho. Se nos poderia aqui dizer quais foram as démarches que fez junto do Governo, junto do Ministério da Saúde para procurar resolver o problema que temos aqui no concelho. Gostava que dissesse quais e que comprovasse. -----

Gostaria de dizer ainda o seguinte. O que foi aqui falado tem a ver com o hospital de referência que é Leiria ou Abrantes. Esse é o cerne da questão. o senhor deputado vem aqui dizer que, aliás disse numa assembleia municipal, que eu ia ficar (não sei bem qual o termo) registado como a pessoa que levou à adesão à ULS Leiria. Pois, tenho todo o gosto em dizê-lo. e o senhor deputado, em 2016, quando o então Presidente da Câmara dizia assim: *“Uma alegria enorme participar na visita do Ministro da Saúde ao Hospital de Leiria, na qual o Ministro reiterou e anunciou a todo o auditório a entrada do concelho de Ourém naquele hospital. Anos de luta bem-sucedida. Obrigado Ministro Campos Fernandes. Obrigado concelho de Ourém que sempre acreditou (...).”* Nos likes, aparece o like do senhor Nuno Baptista a apoiar esta situação, tal como o senhor deputado Victor Santos que também tem aqui um like a apoiar esta situação. Curioso, mudou de 2016 para 2023. Sabe o que mudou? É que quem estava aqui antes era o Partido Socialista e agora é o PSD, se quem estivesse fosse o Partido Socialista, o senhor era o primeiro a apoiar o que nós estamos a apoiar. E isso é que é ser sério na política, manter a mesma linha, o mesmo pensamento, em 2016 e em 2023. -----

Desafiei o senhor deputado a dizer aqui porque é que os médicos se tinham mudado do concelho de Ourém para outros concelhos. O senhor não disse. Pois, vou dizer-lhe. Tenho justificação para os 4 médicos que foram embora, mas vou dizer-lhe que 2 dos médicos que foram embora, concorreram para dois concelhos da futura ULS de Leiria. Não se foram embora



por Ourém ir para a ULS Leiria, porque se tivessem isso embora por termos ido para a ULS Leiria, não tinham eles próprios ido para a ULS Leiria. -----

Muito obrigado” -----

----- Findo este período de intervenções, tomou a palavra a PRIMEIRA SECRETÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL que passou a ler o texto da Moção apresentada pelo grupo municipal do Partido Social Democrata, a qual se passa a reproduzir: -----

**“Moção-----**

Os serviços públicos de saúde no concelho de Ourém estão a colapsar por completo. Há mais de quinze mil pessoas sem médico de família, as várias Extensões de Saúde e o Centro de Saúde de Ourém funcionam sem meios humanos e materiais e o serviço de urgência dos Centros Hospitalares do Médio Tejo e de Leiria estão frequentemente superlotados. -----

O Município de Ourém e as Freguesias não têm competências nesta área para resolver estes problemas, por isso, já por várias vezes e formas, manifestámos junto do Ministério da Saúde as nossas preocupações. Todavia, não temos obtido resposta nem vemos o governo a tomar decisões estruturais para alterar esta situação. -----

Os problemas de saúde que estamos a viver no concelho de Ourém são muito graves, preocupantes e inaceitáveis. É por isso que, autarcas, população e sociedade civil, vimos reclamar e exigir ao Ministério da Saúde medidas efetivas, reais e eficazes para melhorar as condições de acesso à saúde. -----

Assim,

- Considerando que compete ao Estado central o garante da resposta em termos de doença aos seus cidadãos; -----
- Considerando a redução preocupante e inaceitável da prestação de cuidados de saúde no concelho de Ourém, afetando os direitos de milhares de pessoas; -----
- Considerando que, em nome das nossas populações, temos o direito de reivindicar contra a falência iminente do SNS, consagrado na Constituição da República Portuguesa; -----

A Assembleia Municipal de Ourém, reunida em sessão extraordinária de 4 de julho de 2023, delibera: -----



- Manifestar a sua indignação pela degradação contínua do SNS e que está a prejudicar gravemente a população do nosso concelho; -----
- Exigir a contratação de médicos de família para o Centro de Saúde de Ourém e para as várias Extensões de Saúde do concelho; -----
- Exigir a reposição do Serviço de Atendimento Permanente (SAP) no Centro de Saúde de Ourém, oferecendo, melhores condições de acesso à saúde e aliviando a afluência às urgências hospitalares; -----
- Solicitar uma reunião urgente com o Senhor Ministro da Saúde para discutir soluções de forma a minimizar a grave situação em que atravessa os cuidados primários no concelho.” -----

----- Aberto o período de intervenções, solicitou a palavra o membro da Assembleia Municipal, NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA, na qualidade de representante grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Percebendo claramente a Moção e a intenção, obviamente, o Partido Socialista, conforme já disse aqui hoje, tem a perfeita noção de que as coisas não estão bem. -----

Se alguns dos termos desta Moção, alguma dessa adjetivação presente for retirada, o PS de Ourém é favorável à existência dessa Moção e faça chegar o nosso descontentamento do estado da Saúde do nosso Concelho, sem problema nenhum. Nos termos em que está, adjetivação, falências. Se for geral e que manifeste a nossa indignação e o nosso descontentamento com o estado da Saúde estamos de acordo. Obviamente estamos de acordo que as coisas não estão bem, mas com essa adjetivação não podemos votar a favor dessa Moção.” -----

----- Tomando a palavra o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL referiu o seguinte: “Face a isto, faria a seguinte proposta aos membros da Assembleia Municipal. Parece-me bastante razoável a intervenção que acabou de ser feita. Pese embora possamos suavizar, mas teremos de ter uma veemência para que tenha um efeito. Sugeriria que o primeiro subscritor Orlando Cavaco se reunisse com o Nuno Baptista e se o MOVE, o CDS, o CHEGA se pudessem juntar, parece-me que seria razoável juntassem um elemento de cada. Parece-me viável se o proponente aceitar “mexer” nesta Moção. -----



No pressuposto que vamos ter uma Moção em que a linha dorsal está aqui consagrada, mas com algumas alterações performance, poderíamos aprovar esta Moção nestas condições. -----  
A Moção desce à Comissão e aprovaremos na generalidade o que está aqui em causa, sendo depois encaminhada para as entidades competentes.” -----

----- **Face ao exposto, o Presidente da Assembleia Municipal submeteu a votação do plenário a Moção apresentada, com alguns ajustes que venham a ser aditados pela Comissão, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.** -----

### MOÇÃO

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Os serviços públicos de saúde no concelho de Ourém estão a colapsar por completo. Há mais de quinze mil pessoas sem médico de família, as várias Extensões de Saúde e o Centro de Saúde de Ourém funcionam sem meios humanos e materiais e o serviço de urgência dos Centros Hospitalares do Médio Tejo e de Leiria estão frequentemente superlotados. -----

O Município de Ourém e as Freguesias não têm competências nesta área para resolver estes problemas, por isso, já por várias vezes e formas, manifestámos junto do Ministério da Saúde as nossas preocupações. Todavia, não temos obtido resposta, nem temos visto os sucessivos governos a tomar decisões estruturais para alterar esta situação. -----

Os problemas de saúde que estamos a viver no concelho de Ourém são muito graves e preocupantes. É por isso que, autarcas, população e sociedade civil, vimos reclamar e exigir ao Ministério da Saúde medidas efetivas, reais e eficazes para melhorar as condições de acesso à saúde. -----

Assim, -----

- Considerando que compete ao Estado central o garante da resposta em termos de doença aos seus cidadãos; -----
- Considerando a redução muito preocupante da prestação de cuidados de saúde no concelho de Ourém, afetando os direitos de milhares de pessoas; -----



- Considerando que, em nome das nossas populações, temos o direito de reivindicar contra a falência iminente do SNS, consagrado na Constituição da República Portuguesa; -----

A Assembleia Municipal de Ourém, reunida em sessão extraordinária de 4 de julho de 2023, delibera: -----

- Manifestar a sua preocupação pela degradação contínua do SNS e que está a prejudicar gravemente a população do nosso concelho; -----
- Exigir a contratação de médicos de família suficientes para que a população do concelho tenha os cuidados médicos e acompanhamento necessários; -----
- Exigir a reposição do Serviço de Atendimento Permanente (SAP) no Centro de Saúde de Ourém, oferecendo melhores condições de acesso à saúde e aliviando a afluência às urgências hospitalares; -----
- Solicitar uma reunião urgente com o Senhor Ministro da Saúde para discutir soluções de forma a minimizar a grave situação em que atravessa os cuidados primários no concelho.” -----

----- **Face ao exposto, Assembleia Municipal subscreveu a Moção apresentada, tendo-a aprovado, por unanimidade.** -----

----- A presente Moção foi remetida ao senhor Ministro da Saúde, Dr. Manuel Pizarro, através do ofício da AMO n.º 64875/2023, solicitando a realização de uma reunião, a agendar com carácter de urgência. -----

----- A mesma foi ainda remetida às seguintes entidades: -----

----- Presidente da República Portuguesa -----

----- Presidente da Assembleia da República -----

----- Primeiro Ministro-----

----- Grupos Parlamentares – Partido Socialista; Partido Social Democrata; CHEGA; Iniciativa Liberal; Partido Comunista Português; Bloco de Esquerda; PAN-Pessoas-Animais-Natureza; Livre -----

----- Comissão de Saúde -----

----- Diretor Executivo SNS -----

----- Diretora Executiva ACES Médio Tejo -----



- Presidente do Conselho de Administração Centro Hospitalar do Médio Tejo -----
- Presidente do Conselho Administração Centro Hospitalar Leiria -----
- Sindicato Independente dos Médicos – Secretário Geral -----
- Bastonária Ordem dos Enfermeiros -----
- Presidente Câmara Municipal de Ourém -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**04 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----**

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL questionou sobre eventuais pedidos de intervenção por parte do público, não se tendo registado qualquer pedido de intervenção. -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

----- Concluída a ordem de trabalhos desta sessão extraordinária, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL deu a mesma por encerrada, pelas vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, é assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo Primeiro Secretário e pelo Segundo Secretário. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O PRIMEIRO SECRETÁRIO

----- O SEGUNDO SECRETÁRIO